

# Parlamentarismo: a disputa em plenário.



## O que esta foto tem a ver com a Constituinte?

A foto (feita ontem em Brasília) é de uma unidade de operações especiais, treinada para combater o terror e distúrbios de rua. Uma missão que lhe cabe, segundo o Exército. E que, portanto, deve constar na Constituição.

O Exército deixou claro ontem, durante o desfile militar de 7 de setembro, que não pretende abrir mão de sua missão constitucional de guardião da defesa interna do País, retirada da Carta Magna pelo relator Bernardo Cabral, em seu último substitutivo.

Num recado direto à Assembleia Nacional Constituinte, o Comando Militar do Planalto divulgou um texto — roteiro do desfile, lido pelo locutor da EBN para tevê, rádios e público presente no eixo sul, onde destaca a passagem de uma subunidade de operações especiais, destinada ao combate anti-terror, distúrbios de rua e outras batalhas urbanas.

A tropa apresentou-se em formação cerrada de ataque com fuzis Fal armados de baionetas e apontados para a frente. Seus soldados, vestidos com traje de campanha, lançaram gritos de enaltecimento ao País, enquanto o locutor oficial lembrava que a companhia que desfilava era "adestrada para missões de defesa interna".

Embora fossem poucos os parlamentares presentes, as Forças Armadas usaram ainda

o desfile de 7 de setembro para mostrar aos constituintes que não concordam igualmente com suas propostas contidas no substitutivo, tais como anistia aos cassados de 64 e promoção na reserva para os ex-combatentes. Enquanto desfilava o grupamento de veteranos da 2ª Guerra, repetia nos altos falantes do eixo, que era preciso ressaltar a diferença existente entre veteranos da FEB e ex-combatentes, uma vez que os primeiros estiveram na Itália e os outros em zonas de guerra. Estes últimos, na verdade, são os que pleiteiam, através da Constituição, aumento de proventos de 4 mil cruzados para 20 mil, com o que não concordam os ministros militares.

E ainda para lembrar que o movimento de 1964 continua vivo dentro dos quartéis, o Comando Militar do Planalto decidiu elogiar uma unidade militar — o 32º Grupo de Artilharia de Campanha — ressaltando que, "por ocasião da vitoriosa revolução democrática de 31 de março de 1964, manteve-se (aquela unidade) coesa, constituindo-se num fator de pondê-

rável influência no desenlace dos acontecimentos".

O mesmo ocorreu ao referir-se ao 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, que, em setembro de 1963, tomou parte "ativa na rendição dos rebeldes da Marinha e Aeronáutica na área da Esplanada dos Ministérios, onde realizou operações de limpeza(...), intimidando de tal forma os insurretos que não houve necessidade de ser disparado nenhum tiro para o controle da situação", conforme leitura feita pela EBN do documento elaborado pelo Exército.

Ao recordar esses fatos, envolvendo muitos dos anistiados militares de hoje, Exército, Marinha e Aeronáutica querem deixar claro que o 31 de março continua a fazer parte de suas datas magnas, que não aceitam mais anistia, como quer a Constituinte, e que a Nova República com sua Constituição não deve ser revanchista. Isso é o que estão entendendo do substitutivo, e foi isso que disseram no 7 de setembro.

Zenaido Azeredo

## No sul, general não vê porque mudar.

Também em Porto Alegre, por ocasião do desfile de 7 de Setembro, o comandante militar do Sul, general Edson Boscacci Guedes, manifestou-se contrário aos termos em que o papel das Forças Armadas foi definido no anteprojeto de Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Para o general, esse papel deve ser explicitado na própria Carta, sem dependência de regulamentações posteriores. O comandante militar do Sul lembrou que desde sua instituição as Forças Armadas têm as atribuições de manter a segurança interna e externa do País, bem como a lei e a ordem. E indagou: "Essas normas, até hoje, têm dado certo; por que não continuar assim?"

Embora ressaltando que todo o povo brasileiro deseja que a nova Constituição seja aprovada

"no mais breve tempo possível", o general Boscacci considerou que seria "um pouco perigoso" tentar-se apressar os trabalhos de elaboração da nova Carta. Os constituintes devem ter "toda a tranquilidade e calma", sustentou, observando que "um trabalho apressado sempre não é tão bom" quanto um trabalho realizado no seu ritmo normal.

A explicação foi dada quando um repórter pediu que o general explicasse melhor a afirmação que fizera em entrevista ao programa "Bom Dia Rio Grande", da RBS-TV, na manhã de ontem, de que o processo de transição democrática "poderia ser apressado". O comandante militar do Sul disse que sua consideração deveria ser entendida como o desejo que todo o povo brasileiro tem de que a nova Constituição seja promulgada e "colocada em execução" no menor

prazo possível.

Indagado se, então, a Constituinte deveria apressar os seus trabalhos, concluindo-os antes do final do ano — o prazo previsto

—, o general, aparentemente se contradizendo, afirmou não ser conveniente uma antecipação, porque os constituintes necessitam de calma para realizar seu "trabalho árduo". As dúvidas não puderam ser esclarecidas, porque um agente de segurança do general interrompeu a entrevista dizendo que ele tinha "outros compromissos".

Antes, ainda no início de seu contato com os repórteres, perguntado se o processo de redemocratização estará concluído após a Constituinte, o general frisou que "o processo já está praticamente concluído", acrescentando que ele será, todavia, "sedimentado com a nova Carta".

O governo não conseguiu superar as dificuldades nas negociações envolvendo os regimes presidencialista e parlamentarista, e já admite uma disputa no plenário. "A culpa dessa situação", declarou o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, "é do relator Bernardo Cabral, que insistiu em apresentar uma fórmula inadequada e radical, fundamentada no modelo parlamentarista alemão".

Numa disputa através do voto, na opinião do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o tema estará sendo definido também democraticamente, mas contrariando o interesse do presidente Sarney, que considera o embate "traumático", capaz de ferir vencedores e derrotados. Tanto Costa Couto quanto Sant'Anna estão dispostos a intensificar as negociações a partir de hoje, ainda na esperança de que "alguma coisa deve acontecer".

Estas 48 horas são fundamentais para a negociação do grupo em torno da implantação imediata ou gradual do sistema parlamentar de governo", assinalou, ontem, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), autor da emenda de implantação gradual do parlamentarismo no Brasil.

"Hoje temos a emenda Bonifácio de Andrada, que assinei, que prevê a implantação do parlamentarismo gradualista no capítulo das disposições transitórias da futura Constituição. Ela é o meio adjetivo para chegar ao substantivo que é o regime parlamentar", explicou.

Segundo Cid Carvalho, que integra a comissão que negocia diretamente com o Planalto uma fórmula de consenso, nessas 48 horas, "é necessário acertar se vamos para a emenda Bonifácio de Andrada, ou se apoiamos as emendas de Nelson Carneiro, Afonso Arinos, Egidio Ferreira Lima ou José Fogaça que determinam a implantação do parlamentarismo, imediatamente, no próprio corpo da Constituição. Para um bom entendimento temos que definir a emenda do texto permanente ou se todos querem a fórmula evolutiva e gradual", reiterou.

Já o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, acha que "no parlamentarismo moderno, o presidente da República não pode deixar de ter poderes, para ser o harmonizador do sistema político. Devemos definir,

desde já, os instrumentos de ação de que deverá dispor e deixar, para a transição, a assunção gradual de funções pelo primeiro ministro, sem descaracterizar o regime".

Ele considera que o parlamentarismo é majoritário no PMDB e na Constituinte: "O Luiz Henrique (líder do PMDB na Câmara) fez levantamento na bancada, chegando à conclusão de que o parlamentarismo ganha de dois a um. No PDS de 37 apenas seis são contrários ao parlamentarismo. O PT deixa a questão em aberto". Por isso ele avalia que o parlamentarismo será aprovado e o governo derrotado:

"Se o governo insistir, levará o presidente a uma derrota, o que não é bom para o País. E preciso ter transigência na matéria. A proposta da introdução gradual do parlamentarismo, no mandato de seis anos do presidente José Sarney, não tem condições de aprovação no PMDB porque temos de considerar a vontade popular pela realização de eleições. Além do mais, não podemos deixar o Brasil por muito tempo na área cinzenta. Se demorar muito esse clima de indefinição do poder, agravado pelo parlamentarismo, a médio prazo, tudo será muito ruim para o Brasil. É melhor que cheguemos, o quanto antes, a uma definição de competência" — advertte.

Durante o final de semana, o

**Constituintes falando para militares**  
Para conhecer o pensamento dos constituintes e trocar idéias sobre a forma de tornar mais estreita a convivência entre militares e políticos, a Aeronáutica montou um painel de debates que começa hoje, no Rio. As palestras serão desenvolvidas pelos senadores Fernando Henrique Cardoso, José Richa e Carlos Chiarelli, cujos perfis ideológicos foram dados a conhecer para que os estagiários oficiais da Universidade da Força Aérea pudessem basear suas perguntas. Entre essas dúvidas constam o papel constitucional das Forças Armadas na segurança interna, o papel político do militar — se deve participar ou ser um mero espectador. O sistema de governo e estatização ou privatização do capital são outras preocupações.

ministro Ronaldo Costa Couto submeteu a Sarney a nova proposta encabeçada pelo deputado Cid Carvalho, segundo a qual o parlamentarismo seria adotado gradualmente e respeitado o mandato de seis anos para o presidente da República. De acordo com o ministro, Sarney está lendo a emenda, sinal de que "não mantém questão fechada sobre nada, está disposto a negociar".

Carlos Sant'Anna, por sua vez, acha que inegociável é o fortalecimento do presidente da República. Em diversas ocasiões, Sarney instruiu-o a não aceitar uma fórmula que transforme o presidente num cargo meramente decorativo. "Um presidente eleito com 50 milhões de votos deve ter poderes, e não ficar apenas sentado numa cadeira", disse o líder, acrescentando que, se não for possível reformular as propostas parlamentaristas até agora apresentadas, "o confronto, através do voto, será inevitável".

Outro que não acredita no sucesso da negociação é o deputado Prisco Viana (PMDB-BA). "A negociação é difícil porque não se defende a manutenção do presidencialismo para dar mais tempo de governo ao presidente da República, e, sim, porque o sistema parlamentar não é bom para o Brasil", afirmou, salientando que a insistência com que se fala em negociação "a é bem indicativo de que os parlamentaristas não contam com a maioria de que falam".

Perguntado ontem, após o desfile de 7 de setembro, sobre as negociações, o ministro Ronaldo Costa Couto defendeu, de maneira enfática, o direito de o Executivo apresentar sugestões, discutir e apresentar propostas à Constituinte.

É natural, segundo o ministro Costa Couto, que o presidente Sarney use a sua influência em defesa do regime de governo presidencialista e do mandato de cinco anos. "O governo é parte da sociedade, então por que afastá-lo num momento em que o ponto central da discussão é a própria sociedade?" — indagou.

Segundo o ministro-chefe, a arte de negociar muitas vezes produz "milagres", referindo-se à possibilidade de a proposta presidencialista, apoiada por um Congresso Nacional fortalecido, ser consensualmente acatada.

Bartolomeu Rodrigues Lustosa da Costa